

## Carta dos Editores

A edição de setembro de *Meridiano 47* é composta por um alentado conjunto de artigos que versam sobre assuntos afetos a cada uma dos continentes, impactando de formas diversas as relações internacionais contemporâneas. Por exemplo, é tempo de compreender as propostas dos candidatos à presidência da república nos EUA e as conseqüências que a consagração da plataforma democrata ou republicana portará para a América Latina em geral e para o Brasil em particular, do mesmo modo que é necessário acompanhar a recente crise política na Argentina e vislumbrar o seu alcance sobre a consolidação do Mercosul. Na perspectiva das crises que interessam ao Brasil, há que inserir o preocupante avanço político das propostas de extrema direita no continente europeu, a permanente instabilidade gerada pela ação de grupos mercenários no continente africano, e os movimentos de resistência como aquele que se desenvolveu em Praga por ocasião da recente reunião de decisores de organizações econômicas multilaterais – todos movimentos que poderiam parecer ultrapassados em tempos de globalização. Por outro lado, há lições positivas a serem tiradas de modos específicos de interação de sociedades e arcos culturais com a globalização, como aquela que vem da Ásia... Esses são os temas do presente número de *Meridiano 47*.

MERIDIANO  
47  
O

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de  
Conjuntura em Relações  
Internacionais

Nº 3  
Setembro – 2000



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**AS AGENDAS BUSH E GORE:  
EM DIREÇÃO À CASA BRANCA**  
*Cristina Soreanu Pecequilo*

**A ATUAL CRISE POLÍTICA  
ARGENTINA E SEUS  
IMPACTOS SOBRE O  
MERCOSUL**  
*Antonio Jorge R. da Rocha*

**O OUTONO DE PRAGA**  
*Carlos Pio*

**A CRISE DO SENADO NA  
ARGENTINA**  
*Miriam Gomes Saraiva & Vicente  
Palermo*

**A UNIÃO EUROPÉIA E A  
EXTREMA-DIREITA**  
*Mônica Lessa & Hugo Suppo*

**PRIVATIZANDO A GUERRA:  
OS MERCENÁRIOS E OS  
CONFLITOS AFRICANOS**  
*Pio Penna Filho*

**SUDESTE ASIÁTICO - A AÇÃO  
DA SOCIEDADE CIVIL NA  
COOPERAÇÃO ENTRE  
CULTURAS**  
*Paulo Antônio Pereira Pinto*

## As Agendas Bush e Gore: em Direção à Casa Branca

Cristina Soreanu Pecequilo \*

Formalizadas nas convenções nacionais em agosto de 2000, as candidaturas Bush (republicana) e Gore (democrata) estão chegando a sua etapa final, fechando a “fase de outono” da corrida presidencial, decisiva para a mobilização das bases partidárias, sedimentação do apoio e convencimento dos indecisos. Al Gore capitalizou melhor este momento inicial, consolidando o empate técnico que vem se mantendo até agora. A escolha de um vice de uma minoria (a judia) e tradicional opositor de Clinton, Joseph Lieberman, além de um posicionamento claro sobre temas (e, para alguns, o beijo em Tipper Gore) foram fatores que o ajudaram e pressionaram Bush. Apesar de não conseguir superar totalmente sua falta de carisma, Gore projeta uma imagem de competência e responsabilidade, enquanto Bush é mostrado como inexperiente, inconsequente e pouco confiável, escondendo visões reacionárias. Indica-se também que o compromisso republicano seria com os ricos, grandes empresas e interesses e o de Gore com o povo, para a continuidade e redistribuição da prosperidade. Mas, avançando além destas considerações, quais são as reais propostas dos candidatos?

Bush investe em um discurso agressivo, opondo-se não somente às propostas de Gore, como a todo governo democrata desde 1993.

*“Comum em ambos, é o reconhecimento de que as agendas de segurança comportam temas tradicionais e renovados que vão desde os conflitos até o terrorismo e os desafios transnacionais.”*

O argumento das críticas internacionais e domésticas é igual: a dupla Clinton-Gore “não liderou e nós iremos.” Bush promete recuperar o vigor e a credibilidade dos EUA com a construção de um internacionalismo diferenciado. A defesa e a segurança são centrais, afirmando-se que os democratas promoveram um corte excessivo nos orçamentos: à falta de preparo combina-se a baixa moral das tropas e a necessidade de uma revolução humana e tecnológica. O uso da força precisa ser redirecionado, sem desperdiçar recursos em missões não prioritárias, como as humanitárias. Bush coloca como definitivo o compromisso com o sistema de defesa antimísseis, mesmo que para isso precise ser realizada uma revisão em tratados e regimes (Tratado ABM e o CTBT). Defende-se também uma participação mais “justa” dos EUA em organizações como ONU, FMI, OMC, pregando sua reforma e transparência. Argumenta-se que os americanos apenas financiariam estas instituições, sem benefícios, uma posição da qual obviamente discordam os supostos “beneficiados”.

Em oposição, Gore propõe uma agenda amparada por sua experiência, avançando conquistas e corrigindo problemas para a manutenção da liderança. Respondendo a Bush, Gore sustenta que não houve piora na capacidade militar e que os investimentos não diminuíram, mas au-

\* Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora de Relações Internacionais (UNIBERO).

mentaram, destacando a modernização tecnológica e a melhoria das condições de vida. No caso de organizações e regimes, o discurso mantém a linha de mesclar cooperação e hegemonia. Além disso, ganham espaço temas secundários na agenda republicana: direitos humanos, padrões trabalhistas e meio ambiente. Pessoalmente, Gore é bastante ativo nestas questões (principalmente as ambientais) e pode-se sugerir que sua eleição representaria um novo comportamento e a utilização destas áreas temáticas como forma de pressão (condicionar a proteção ambiental a empréstimos, por exemplo). Comum em ambos, é o reconhecimento de que as agendas de segurança comportam temas tradicionais e renovados que vão desde os conflitos até o terrorismo e os desafios transnacionais. Por fim, se Bush fala de um internacionalismo diferenciado, Gore lança o engajamento avançado (*forward engagement*), um aperfeiçoamento do engajamento e expansão, com ênfase na diplomacia preventiva.

Regionalmente, a América Latina é apresentada por Bush como um dos maiores fracassos de Clinton, havendo a promessa do relançamento das iniciativas hemisféricas de posse do *fast track*, incluindo-se motivos pessoais e políticos para explicar tal atenção (o Brasil seria tão importante quanto a China). A agenda é ampla, passando pela expansão do NAFTA, o estabelecimento de uma aliança especial com o México e o fortalecimento da democracia. A questão comercial é prioritária e os EUA agiriam tendo como base de sustentação o NAFTA. Embora a ALCA não seja abandonada, indica-se uma possível preferência pela centralização da integração no Norte, atraindo novos parceiros, ressaltando-se o aspecto mexicocêntrico e unilateral das ações. Não está claro como a agenda da ALCA acordada em 1998 em San José com as premissas dos *building blocs* e do *single undertaking* evoluiria. Igualmente, haveria um endurecimento com Cuba e no combate ao narcotráfico na Colômbia.

Comparativamente, Gore compromete-se com a condução dos processos políticos e comerciais, seguindo o curso atual das negociações, sugerindo-se um ritmo mais lento. Apesar de também não abrir mão de preservar o hemisfério como zona de influência, os democratas têm outras prioridades e sua margem de ação nestas e outras questões de liberalização comercial é limitada pela pressão de sindicatos e lobbies domésticos. A tendência seria manter o padrão conhecido, podendo haver mudanças radicais na hipótese de uma desaceleração da economia interna, uma ofensiva comercial européia e/ou brasileira ou do aprofundamento de crises locais. Para o Brasil, considerando-se o Mercosul, a recente Cúpula sul-americana e a tradicional busca de autonomia é mais interessante que o processo caminhe gradualmente.

Tal cenário permitiria não somente consolidar nossa própria esfera, como aumentar o poder de resistência regional, oferecendo uma alternativa de posicionamento internacional.

Para a Europa, novamente o tom republicano é agressivo, centrando-se na Operação Forças Aliadas e a Rússia. No caso de Kosovo, a operação é apoiada, mas criticada em detalhes: Clinton é acusado de comprometê-la por descartar a possibilidade do envio de tropas terrestres em favor dos ataques aéreos e questiona-se a construção da paz. Com relação à Rússia, os democratas a “perderam” por não ajudar a consolidação da democracia e do capitalismo, levando ao aumento do crime e da corrupção. Advoga-se uma postura mais firme, com a restrição de empréstimos e a aproximação com regiões da esfera de influência russa (Báltico, Cáucaso), encarando o país como um inimigo potencial.

A visão de competição estratégica estende-se à China, cujo discurso é anti-hegemônico. Excessivamente complacentes, os democratas permitiram seu perigoso avanço político, econômico e estratégico, o contínuo desrespeito às normas internacionais e deixaram Taiwan em segundo plano. Frente o resto da Ásia, inclusive o Ja-

pão, a agenda Bush é incipiente, sugerindo-se que seguiria a de Clinton. Uma exceção é a promessa de aproximação com a Índia e maior atenção à estabilidade regional. O mesmo silêncio faz-se presente nos demais temas europeus como a expansão da OTAN. Tal expansão, antes uma prioridade, perdeu relevância ao ser efetivada com sucesso pela administração democrata. O Oriente Médio é tratado de forma ampla, defendendo-se a continuação do processo de paz, prometendo-se agir contra o Iraque e o cartel do petróleo.

Gore investe na manutenção das prioridades, enfatizando a importância do aprofundamento das alianças políticas, estratégicas e econômicas tradicionais na Europa e na Ásia e a preservação de uma parceria construtiva com Rússia e China. Mesmo com a não eliminação do potencial agressivo destas potências, insatisfeitas com o *status quo* e sujeitas a instabilidades, rejeita-se a confrontação. Para o Oriente Médio, mantém-se a atuação no processo de paz, na estabilidade regional, contra Saddam Hussein e com atenção ao petróleo. Sobre a África, totalmente ausente em Bush, Gore pretende sustentar a aproximação iniciada, considerando o avanço da miséria e da pobreza, a expansão das epidemias, principalmente a da AIDS, a ajuda humanitária (remédios, alimentos, eventual redução e/ou eliminação da dívida) e a cooperação comercial.

Na diplomacia econômica, ambos defendem o livre comércio como fonte de poder, garantindo a continuidade da expansão econômica e a geração de empregos. Todavia, o discurso Gore indica que esta ampliação não deve ser feita às custas do meio ambiente ou das condições de vida americanas e globais, pedindo a adoção de padrões comuns. Em oposição, Bush enfoca

*Na diplomacia econômica, ambos defendem o livre comércio como fonte de poder, garantindo a continuidade da expansão econômica e a geração de empregos.*

somente o ponto de vista comercial e os objetivos dos “negócios americanos”.

Portanto, existem diferenças entre as estratégias republicanas e democratas, indicando possíveis alterações táticas e de hierarquia nas prioridades. Porém, elas exibem um núcleo comum: a preservação da hegemonia e a promoção dos interesses nacionais. A tendência, seja qual for o candidato eleito, será mais de conti-

nuidade do que de mudança, ajustando o discurso de campanha às realidades de governo. Além disso, estas diferenças não são centrais para a escolha do eleitor cuja atenção está voltada à agenda doméstica, destacando-se debates fundamentais: previdência, assistência médica, educação e questões sensíveis como aborto, direito das minorias, controle de armas pessoais de fogo e impostos.

Mantendo a tradição liberal democrata (a “esquerda dos EUA”), Gore prega a igualdade entre as minorias, a manutenção do aborto e o contínuo direito à posse de armas de fogo com um controle maior. Nos impostos, defende um reajuste das contribuições das famílias de renda média e baixa sem reduções significativas, para preservar o equilíbrio orçamentário e o financiamento dos programas. Na educação, promete-se o aumento de recursos e a modernização. Para a previdência e assistência médica, visa-se tornar o sistema mais acessível e seguro, ampliando benefícios. Dentre estes, os mais relevantes são o acesso a medicamentos gratuitos para cidadãos idosos e a carta de direitos dos pacientes. Preservariam-se os projetos de ajuda e a remodelação do bem-estar e da aposentadoria. Todas estas propostas seriam financiadas com recursos do superávit, não se abrindo mão de eliminar a dívida pública interna. Como crítica aos republicanos é lembrado que os

EUA foram consumidos pelo déficit gerado por políticas de Reagan/Bush que combinaram cortes de impostos e aumento de gastos.

Em oposição, Bush, repetindo um lema republicano clássico, defende menos assistencialismo, intervencionismo e uma diminuição drástica de impostos: sustenta-se que é preciso “devolver” a prosperidade à sociedade, desafogando-a. Bush, ainda, não avança nas questões de previdência e de acesso ao sistema de saúde e medicamentos como Gore, fornecendo uma agenda que promete reforma, mas sem especificar e com investimentos confusos. Tal padrão repete-se na educação. Nas demais questões, o discurso é tradicional com uma influência considerável da direita religiosa, apesar do conservadorismo Bush ser definido como moderado: contrário ao aborto e ao controle das armas de fogo, com um apelo menor às minorias, à exceção da latina.

Agora que se aproxima o momento real da decisão, serão estes temas e a *performance* dos candidatos à presidência e vice-presidência nos debates eleitorais de Outubro que definirão a eleição, não podendo se afirmar com certeza quem vencerá. Adicionalmente, existem outros candidatos independentes que podem tirar votos de Gore e Bush: Ralph Nader do lado liberal e Pat Buchanan do conservador. Por enquanto, as

pesquisas continuam oscilando, indicando equilíbrio, acompanhando os embates iniciais. Gore demonstrou sua maior competência com questões de governo, mas deixou a desejar quanto à simpatia. Bush saiu-se melhor do que o esperado, demonstrando que pode ser “presidencial” e preservando seu carisma, a despeito de sua insegurança e do recurso pouco apreciado de ataques pessoais.

Por fim, é preciso ter em mente que o controle da maioria no Legislativo também está em jogo, havendo, como na disputa presidencial, muito equilíbrio e corridas importantes como a do Senado em Nova Iorque com Hillary Rodham Clinton. No geral, os democratas possuem uma pequena vantagem, mas dificilmente os republicanos perderão muito terreno, prevendo-se uma vitória apertada de qualquer um dos lados. Inclusive, é possível que um dos partidos controle simultaneamente a Casa Branca e o Legislativo, contrariando uma tendência histórica: a da divisão bipartidária do poder. Assim, devemos estar atentos a estas dimensões e à configuração de forças que passará a vigorar em Washington. Afinal, seja em termos de política interna ou externa, os rumos dos EUA não dependerão unicamente do futuro presidente ou do novo Legislativo, mas da convivência cooperativa e/ou conflitiva que se estabelecer entre eles.



**Meridiano 47**

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

**Editor: Antonio Jorge R. da Rocha**  
**Editor-adjunto: Antônio Carlos Lessa**

**Redação: editoria@relnet.com.br**

**Conselho Editorial:**

**Alcides Costa Vaz, Amado Luiz Cervo, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, Luiz Fernando Ligiéro, Argemiro Procópio Filho.**

**Diagramação e Editoração Eletrônica: Samuel Tabosa de Castro – 9956-1028**

## A atual crise política argentina e seus impactos sobre o MERCOSUL

Antonio Jorge R. da Rocha

A atual crise política Argentina só pode ser bem compreendida se levarmos em conta o contexto social, político e econômico em que se encontra o país. A crise, em si, já está em vias de resolver-se, como é próprio das crises. Afinal, por definição, qualquer crise ocorre em um momento determinado no tempo. Além disso, envolve um elemento surpresa (neste caso a renúncia do Vice-Presidente Álvarez) e a percepção generalizada de que o futuro será fortemente condicionado pelas decisões tomadas numa situação em que o *stress* e a exigüidade de tempo são fatores relevantes. Com uma reforma de gabinete ainda em curso, está claro que a Frepaso

se fortaleceu e talvez a crise tenha servido como uma espécie de grito de alerta ao ministro Machinea, cujo espaço de manobra se reduziu significativamente.

A percepção de que a crise política poderia desencadear uma escalada de violência urbana contribuiu, por um lado, para que governadores de províncias importantes manifestassem seu apoio ao Presidente De la Rúa, ressaltando sua

*“Ocorre que a economia argentina não está propriamente em crise. Seus problemas não são passageiros e não resultam de qualquer elemento surpresa. Bem ao contrário, fundamentam-se nas deficiências estruturais do sistema produtivo argentino...”*

preocupação com a governabilidade do país. Ruckauf e Reutmann são os mais importantes, mas não estão sozinhos. Por outro lado, a mesma percepção de uma iminente anomia política levou a oposição a seguir o tom indireto das declarações de Alvarez, pedindo a renúncia dos políticos denunciados por corrupção e o estabelecimento de uma nova maneira de fazer política na Argentina, na esperança de que uma solução da crise “política-social-moral” promovesse a solução da “crise econômica”.

Ocorre que a economia argentina não está propriamente em crise. Seus problemas não são passageiros e não resultam de

qualquer elemento surpresa. Bem ao contrário, fundamentam-se nas deficiências estruturais do sistema produtivo argentino, entre as quais se destacam: mercado de trabalho excessivamente rígido; baixo grau de produtividade agregada; excessiva dependência em relação a produtos cujos preços vêm caindo no mercado internacional; câmbio super-valorizado; e, em função do *currency board*, escassa capacidade do

governo de exercer sua capacidade de administração macroeconômica. Para que se tenha uma idéia, pelo menos em relação à percepção dos investidores internacionais, os efeitos do duro pacote econômico implementado no primeiro semestre perderam grande parte de sua eficácia, e as agências avaliadoras de risco – agora abordadas por Domingo Cavallo com menor frequência – começam a falar em rever o risco associado à economia argentina. Ainda na esfera internacional, o aumento dos juros básicos dos EUA forçaram o governo argentino a aumentar os juros oferecidos para rolar sua dívida na mesma proporção, acrescidos da taxa de risco – agora, já não negligenciável. No plano interno, a carga fiscal excessivamente elevada, o índice de 15,5% de desemprego e a deterioração dos serviços públicos (em uma sociedade acostumada a padrões de primeiro mundo) geram uma pressão social significativamente alta. Por fim, a falta de transparência associada ao processo de privatização e as sucessivas denúncias de corrupção envolvendo políticos e sindicalistas levam a população a crer que seus impostos estão sendo utilizados para enriquecer, de forma ilícita, aqueles que deveriam estar trabalhando para diminuir as dificuldades enfrentadas pela sociedade. Nada disso pode ser resolvido da noite para o dia, e, pior, o ambiente institucional vigente não parece favorável a que mudanças profundas venham a ocorrer no futuro próximo. A falta de perspectivas positivas termina, assim, por se tornar mais uma peça na intrincada rede de ineficiências sistêmicas que dificulta o deslanche da economia Argentina e a resolução de seus problemas sociais.

Por fim, o MERCOSUL. Não está claro se a crise política oferece mais riscos que oportunidades às autoridades argentinas no que diz respeito ao fortalecimento do processo de integração. Por um lado, os atritos inerentes a um processo que se aprofunda constituem boas justificativas

para os problemas econômicos e sociais mencionados acima, podendo funcionar como válvula de escape para políticos oportunistas. Quando muitas empresas argentinas transferem suas atividades para o Brasil, não obstante os apelos nacionalistas de parte da população, tal possibilidade de oposição ao processo de integração ganha força. Afinal, obviamente isso implica menos empregos e menos impostos, junto com maior demanda por seguridade social. Por outro lado, uma opção mais fundamental pelo MERCOSUL implica não apenas desviar a atenção da sociedade para um objetivo de longo prazo, mas também uma negociação com as autoridades brasileiras com vistas a promover programas de recolocação profissional, de desenvolvimento de setores econômicos alternativos, possivelmente de flexibilização do mercado de trabalho entre os quatro países. Em uma palavra, uma opção mais clara do governo argentino pelo MERCOSUL implicaria, a um tempo, o verdadeiro relançamento do bloco (o qual, até o presente, foi mais retórico que real) e uma pressão sobre o governo brasileiro no sentido de assumir, pelo menos em parte, os custos da liderança.

O grande problema continua sendo o maior fator de distorção da própria economia argentina e de desequilíbrio das trocas entre os quatro países: a mudança do regime cambial. Em uma sociedade altamente endividada em dólar americano, em que mais de 90% da população manifestam-se repetidamente contra o rompimento da paridade, poucos políticos arriscam-se a posicionar-se claramente em favor seja da flexibilização do câmbio, seja da criação de uma moeda única no MERCOSUL. Mais fácil defender a dolarização de direito, como fez Domingo Cavallo. Caso isso seja levado a sério, sobretudo a partir do ano 2001, quando as pressões pela ALCA ganharam força, então devermos observar um retrocesso, em vez de um aprofundamento, no processo de integração do Cone Sul.

## O Outono de Praga

Carlos Pio \*

Pouco mais de trinta e dois anos atrás, a onda de liberdades públicas introduzidas pelas lideranças políticas da então Tchecoslováquia caiu diante da força reacionária dos tanques Soviéticos. A chamada “Primavera de Praga” foi efetivamente um movimento popular, através do qual governo e povo se ali-

aram para reformar o sistema. Primavera, naquele contexto, era sinônimo de abertura política, de ampliação das liberdades individuais e coletivas (na política e na economia), do estabelecimento de regras claras e universais. Significava, na verdade, reduzir a opressão castradora do sistema sobre o indivíduo.

Em setembro do corrente ano a cidade de Praga voltou a ser notícia na imprensa internacional por conta de um levante popular, desta vez “dos povos oprimidos”, contra “a globalização excludente”. A leitura que se tem feito, baseia-se no senso comum que diz que se há uma manifestação pública reunindo milhares de manifestantes, é porque o povo reclama por seus direitos. Logo, dizem os analistas apressados, o levante de Praga – capitaneado pelos mesmos grupos que se insurgiram contra os delegados à reunião da Organização Mundial do Comércio, em novembro de 1999 – seria um movimento popular contra os efeitos negativos da globalização. Mas desta vez, os manifestantes reuniram-se em Praga não na primavera, mas no

*“O medo do futuro se refletiria, de acordo com o pensamento dos manifestantes, na forma de barreiras ao comércio e ao fluxo de capitais entre as fronteiras nacionais.”*

outono. Cabe, assim, questionar qual será o verdadeiro sentido do “Outono de Praga”.

Não restam dúvidas de que o tom geral dos protestos é sombrio, como é típico do outono. Neste, as folhas caem, o céu se acinzentado, a temperatura baixa. A atmosfera do outono é, quase sempre,

depressiva. Ao contrário da primavera, que traz os sinais de que o inverno passou, o outono é o próprio prenúncio de que, em pouco tempo, o inverno estará de volta. O outono indica que está chegando a hora de se recolher, de se fechar. O que virá de fora, em breve, é uma ameaça.

Pois não poderia ser diferente no outono de Praga. Os grupos que ali se reuniram criaram esta atmosfera carregada pelo medo do futuro. Eles propõem transformar este medo em motivo para a ação dos governos dos países ricos, que são também os principais decisores nas organizações financeiras multilaterais. O medo do futuro se refletiria, de acordo com o pensamento dos manifestantes, na forma de barreiras ao comércio e ao fluxo de capitais entre as fronteiras nacionais. Falam em nome dos pobres, mas não são eles próprios (indivíduos e grupos) representantes destes países ou de suas massas excluídas. As quais, diga-se de passagem, já haviam sido excluídas muito antes da chegada do capitalismo e da globalização – definida pela ampliação da interdependência comercial,

\* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (REL-UnB).

produtiva e financeira entre as economias nacionais.

A principal bandeira levantada pelos manifestantes no “Outono de Praga” é que a globalização econômica exclui países e enormes contingentes populacionais da riqueza que eles próprios ajudam a criar. Mas não é necessário fazer uso de muita tinta para demonstrar que é simplesmente falsa esta versão das mudanças ocorridas nos últimos anos no sistema econômico internacional. Vejamos.

Primeiro, é importante salientar que, historicamente, o capitalismo foi o principal fator que levou ao dilaceramento das ordens sociais e políticas estáticas, que se caracterizavam pela desigualdade extrema na distribuição da renda, do prestígio social e dos direitos políticos. Todos os sistemas anteriores ao capitalismo, e mesmo os posteriores e concorrentes, como os regimes comunistas e socialistas do século XX, se baseavam em instituições sociais, políticas e econômicas que alocavam recompensas individuais com base em critérios outros que não o mérito. As possibilidades de ascensão individual eram simplesmente negadas a alguém que, por exemplo, tivesse nascido servo, no sistema feudal, ou que se definisse como liberal, sob o domínio do Partido Comunista Soviético.

O capitalismo introduziu a eficiência econômica como critério para se avaliar a performance das instituições não-econômicas, nos diversos países. Com isso, criou-se um estímulo a que as instituições que promoviam uma baixa

performance econômica fossem reformadas, com o propósito de se gerar mais riqueza na sociedade. Os resultados econômicos destas reformas, onde elas foram realizadas, proporcionaram aos governos nacionais um incremento mais do que proporcional nos recursos disponíveis para investimento, ou seja, para a provisão de bens públicos. Muitos governos foram assim estimulados a

investir em programas sociais para a redução da pobreza e para a criação de oportunidades sociais e econômicas, como jamais se viu em qualquer sistema alternativo.

Para além de promover a geração de riqueza na economia, sua acumulação privada e a ampliação da capacidade arrecadadora do governo, o capitalismo ainda provia e provê os sinais para perpetuar a geração, a acumulação e a alocação pública da riqueza, da forma mais eficiente. Dentre as institui-

ções do capitalismo, o comércio – interno e internacional – é certamente o mecanismo mais importante para promover estes “ciclos virtuosos” de acumulação e crescimento, combinados com a criação de estruturas de bem-estar para a maioria da população. Um comércio relativamente livre obriga os produtores domésticos (aqueles que acumularam a riqueza gerada pela sociedade) a reinvestirem na produção a maior parte de seus rendimentos, se quiserem garantir sua posição no mercado. Ao reduzir a necessidade de criação de incentivos aos capitalistas, o comércio torna possível a destinação de recursos públicos escassos para melhorar as condições de vida daqueles que

*“Para além de promover a geração de riqueza na economia, sua acumulação privada e a ampliação da capacidade arrecadadora do governo, o capitalismo ainda provia e provê os sinais para perpetuar a geração, a acumulação e a alocação pública da riqueza, da forma mais eficiente.”*

se inserem no sistema produtivo de forma desprivilegiada – os trabalhadores e os pobres. Não foi por outra razão que foram justamente as economias mais abertas ao exterior as que construíram sistemas de proteção social mais amplos, de forma relativamente sustentada.

A despeito disso, a liberdade de comércio sempre foi atacada politicamente pelos setores (do capital e do trabalho) que viam sua posição no mercado ameaçada pela concorrência estrangeira. Como resultado das pressões políticas provenientes dos grupos mais fortes econômica e politicamente, os governos foram levados a criar obstáculos às importações que beneficiavam o conjunto da sociedade. Complementarmente, também foram levados a usar os recursos públicos escassos para estimular os mais privilegiados (na forma de políticas de incentivo à exportação, por exemplo), ao invés dos excluídos. Ineficiência e desigualdade resultaram destas intervenções governamentais mas os governos e segmentos da sociedade que as advogavam foram sempre capazes de

travestir estas ações – verdadeira “socialização dos prejuízos” – na forma de programas de desenvolvimento nacional.

A coalizão de grupos de manifestantes que fazem o “Outono de Praga” é uma expressão – agora transnacional – deste mesmo tipo de pressão política contra o comércio e a integração econômica dos países. Dela não fazem parte representantes dos grupos de excluídos dos países pobres, os quais demandam inclusão na forma de maior integração econômica (mais comércio), mas são fracos politicamente para se fazerem representar e ouvir. Na verdade, os que se fazem ouvir em Praga são justamente os setores mais privilegiados dos países industrializados, que rejeitam a ampliação do comércio e a integração com os países não-desenvolvidos porque estes ameaçam sua posição econômica e política. Eles falam em nome dos pobres, porque não seriam manchete se falassem em nome de seus próprios pecados.

Assim, a atmosfera sombria predomina no outono de Praga.

## Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Além disso, o Boletim *Meridiano 47* conta com a colaboração permanente de um corpo de professores e estudantes de mestrado e doutorado dos Departamentos de Relações Internacionais e de História da Universidade de Brasília.

Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para [editoria@relnet.com.br](mailto:editoria@relnet.com.br), indicando na linha *Assunto* “Contribuição para Meridiano 47”.

# A crise do Senado na Argentina

Miriam Gomes Saraiva & Vicente Palermo \*

Atualmente, é comum se dizer que toda crise também constitui uma oportunidade. Parece óbvio, no entanto, que para que uma crise seja efetivamente uma oportunidade, alguém esteja em condições de aproveitá-la; caso contrário, uma crise é apenas uma crise. Mas aproveitar uma crise para modificar um estado de coisas não depende apenas de uma correlação de forças sociais, nem do estado de ânimo cambiante da

opinião pública, mas sim de que existam lideranças criativas capazes de atuar politicamente e de inovar. O dito vem ao caso para a presente “crise do senado”, na Argentina.

Em termos gerais, a corrupção política que afeta a muitas das democracias latino-americanas pode ser entendida como uma das formas perversas na qual parte do *staff* político se aproveita do exercício de sua tarefa. Tarefa esta que consiste na mediação, em si mesma necessária, entre a sociedade civil e o Estado. Mas no caso argentino, assim como em outros exemplos na região, a sociedade civil é frágil e escassamente diferenciada, enquanto o Estado adoece de dificuldades crônicas para cumprir com suas funções básicas de garantidor do governo e da lei, do exercício da cidadania e da vigência de direitos universais. Neste marco, florescem oportunidades para o clientelismo mais crasso e se apagam os

*“...pode-se pensar que se cristaliza na opinião pública um conhecimento valioso acerca de quais são os funis institucionais que a vontade e a inteligência política deveriam superar alterando as regras do jogo...”*

limites entre duas práticas em si mesmas execráveis, como o financiamento obscuro das máquinas partidárias e a corrupção em benefício próprio.

Contudo, há circunstâncias nas quais estas tendências se agravam. A prolongada permanência no poder de um grupo político (como no caso da Itália) dificilmente não desemboca numa confirmação do ditado acerca da tendência inerente ao poder de ser acompanhado pela corrupção. No caso

argentino houve não somente dez anos do governo de Menem, mas também este foi capaz de concentrar por muito tempo, a sua volta, uma grande dose de poder baseada em amplas redes de interesses econômicos, corporativos, clientelísticos e inclusive mafiosos. Para se ter uma idéia, a Argentina ficou abaixo do Brasil no índice internacional de corrupção (52 contra 49, respectivamente). Diante deste cenário, a sociedade e uma parte substancial do *staff* político reagiram energicamente; a formação da Aliança (entre a União Cívica Radical e o Frepaso) e a derrota do peronismo em 1999 que levou à mudança de governo, são uma evidência desta reação.

Porém, esta mudança não foi somente o início de uma esperança, mas apontou também para novos problemas. O novo governo, que havia feito a sua campanha eleitoral para a presidência com base na promessa de uma “nova forma de fazer política”, chegou com pouco poder

\* Miriam Saraiva é professora do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Vicente Palermo é Cientista Político e pesquisador do CONICET – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas.

para atuar e decidir sozinho, em função da distribuição de poder institucional extremamente dispersa. Os peronistas, agora na oposição, ficaram com os governos das províncias mais importantes e também conservaram um número suficiente de assentos no Senado para que a Aliança não possa aprovar leis por si só. Assim, ante a perplexidade de uma opinião pública esperançosa por uma nova política, o governo acaba utilizando com frequência recursos da “velha” política. O efeito deste instrumento “normal” não vinha sendo necessariamente catastrófico, mas sem dúvida não facilitava a manutenção das impressões favoráveis da opinião pública em relação à Aliança.

Com as coisas neste ponto, os peronistas demonstraram, uma vez mais, que como opositores jogam forte e são perigosos (inclusive a ponto de sacrificar peças próprias para ganhar a partida). A “velha política” do *toma lá dá cá* é uma coisa e a compra e venda de votos entre ministros e senadores é outra. O senador Antonio Cafiero, figura emblemática do peronismo histórico, de repente comoveu a opinião pública declarando saber que alguns senadores de seu próprio partido haviam sido comprados pelo governo. Obviamente, este último ficou então em xeque (e as suspeitas apontavam para ministros e secretários de Estado muito próximos ao presidente). Deste modo, foi a oposição e não o governo quem definiu os termos do debate político, desatando uma crise institucional de vastas proporções e repercussões.

Nestas circunstâncias, quem fez o que mandava o tabuleiro foi o vice-presidente da República, Carlos Alvarez. Porém, a preço de converter-se ele mesmo, embora sem desejá-lo, numa sorte de oposição dentro do governo. Fez o necessário, já que as denúncias, ao afetar a todos os partidos em jogo, punham em juízo frente à opinião pública todos os políticos democráticos. Estes, e a própria política, deviam mostrar que eram capazes de estar a altura das circunstâncias.

Alvarez avançou audazmente nesta direção. Mas o preço pago por ele foi o de levar a linha de tensão e conflito para dentro do governo e da coalizão partidária governante (nem tanto entre radicais por um lado e frepassistas por outro, mas sim atravessando transversalmente os dois partidos).

Até o momento, diante do fato vêm se destacando duas conseqüências, numa situação que é ainda bastante fluida e sobre a qual não é prudente se fazer previsões. A primeira, positiva, é a de que, com efeito, a intensa ação política de Alvarez vem possibilitando que da crise surja uma oportunidade de inovação institucional. Os primeiros sinais já são notados na anulação por parte dos legisladores da Província de Buenos Aires de uma lei que permitia um manejo arbitrário dos fundos públicos provinciais; na probabilidade de que o Congresso vote em breve uma lei de financiamento dos partidos; em um decreto que submete o manejo dos fundos da Secretaria de Informações do Estado a um escrutínio público. Ademais, neste contexto, os senadores dificilmente poderão continuar pondo preço a seus votos.

Em termos mais gerais, pode-se pensar que se cristaliza na opinião pública um conhecimento valioso acerca de quais são os funis institucionais que a vontade e a inteligência política deveriam superar alterando as regras do jogo (ao invés de, simplesmente, o difuso mal-estar contra toda a política e todos os políticos freqüentemente observado).

A segunda conseqüência, negativa, é a incerteza gerada pela crise interna ao governo (dentro da qual o Presidente ainda não definiu claramente um curso de ação), e à coalizão governante (dentro da qual ambos partidos parecem ainda demasiado comovidos e carentes de reflexos). Esta pode-se chegar a superar. Mas se não for assim, o governo perderá muito de seu capital político e muitas de suas possibilidades de sustentar uma política de inovação institucional que dê uma resposta satisfatória às expectativas públicas.

## A União Europeia e a extrema-direita

Mônica Lessa & Hugo Suppo \*

Coube a um especialista europeu em extrema-direita, Jean-Yves Camus, encerrar a mostra *Autoritarismo, Repressão e Memória* organizada entre os dias 10 e 15 de setembro de 2000, pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. A conferência do professor Camus, “O extremismo de direita na Europa contemporânea”, alertou (e inquietou) os ouvintes para a triste atualidade (e perigo) da extrema-direita europeia.

Membro do *Observatoire de l’extremisme* (Paris), J. Y. Camus traçou um quadro geral dos principais fatores coadjuvantes da crescente importância desses grupos na Europa. Para ele, este ressurgimento *en force* da extrema-direita teria duas origens: a decrescente participação política dos cidadãos europeus e a crise de credibilidade que assola a vida parlamentar europeia, ou de uma forma mais geral, a elite política. Tal realidade seria ainda mais grave nos países da Europa oriental, alguns deles candidatos à integrar-se na UE, por falta de sociedades realmente democráticas e, em consequência, pela ausência de uma legislação contra o racismo, que joga no restante da Europa um efeito dissuasivo, e que nestes países não existe ou simplesmente não é aplicada.

Ao mesmo tempo, a sociedade europeia estaria vivendo um momento de ruptura interna: uma parte da população é beneficiada pelo progresso econômico dos últimos anos e a outra é excluída pelo desemprego. Soma-se a isto, a chegada de um número crescente de imigrantes de

*“Para os excluídos e para os que se sentem ameaçados, a UE é percebida como um projeto exclusivamente econômico, realizado para garantir a livre circulação de capitais sem nenhuma preocupação com a questão social e cultural.”*

outros horizontes culturais que aportam um pluriculturalismo a sociedades relativamente homogêneas no plano cultural e religioso. Diante de tal quadro, para muitos, o estrangeiro, o imigrante, representa a concorrência por postos de trabalho, aumento das despesas do Estado, mudanças ou alterações na paisagem cultural e social. Para os excluídos e para os que se sentem ameaçados, a UE é percebida como um projeto exclusivamente econômico, realizado para garantir a livre circulação de capitais sem nenhuma preocupação com a questão social e cultural. É nesta

brecha de descontentamento e desinformação, em face do fracasso eleitoral dos partidos de direita e, em alguns países, nas diásporas dos mesmos, que a extrema-direita conquista o seu eleitorado.

Mas quem seria o eleitorado da extrema-direita europeia? Para o *Observatoire de l’extremisme*, estes eleitores são majoritariamente indivíduos entre 18 e 35 anos, que constituem aproximadamente 25% dos votos da extrema-direita. Trata-se de um voto ideológico ou de protesto?

Segundo as análises de J. Y. Camus trata-se sobretudo de um voto de protesto, o eleitorado dos grupos de extrema-direita não seria ideologicamente fascista. Pode ser recuperado para outros projetos de caráter democrático e este constituirá o desafio maior das forças democráticas europeias, nos próximos anos.

\* Professores do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

E qual seria a unicidade dos diferentes partidos de extrema direita? O combate à imigração, à União Europeia e a proposta de um neoliberalismo radical. Eles compartilham ainda, fora do tradicional discurso anti-semita e racista, uma posição política paradoxal: por um lado lutam por um liberalismo total e pela diminuição do poder do Estado (exceto nas áreas de justiça, exército e diplomacia), e, por outro lado, lutam por um nacionalismo integral. Camus definiu esta incoerência doutrinária de “ultra liberalismo nacional” e de “autarquia cultural ultra liberal”. Tal incoerência se explica pelo oportunismo eleitoral desses partidos que conscientes do voto de protesto de seus eleitores adaptam suas plataformas política a cada eleição. Assim, os programas partidários da extrema-direita tendem a estar marcados por um populismo extremo, o que faz com que existam diferentes discursos adaptados para cada setor social. Resultado: de uma maneira geral os programas partidários são incoerentes e contraditórios, pois o objetivo principal é obter o maior número de votos a cada pleito.

Porém, conclui Camus, o chamado fenômeno da extrema-direita é durável, se confirma a cada eleição, apesar da diminuição do número de votantes em alguns países. Na França, por exemplo, entre as eleições legislativas de 1997 e as europeias de 1999 a extrema-direita caiu de 15% para 9%.

Infelizmente as reflexões do professor Camus são de extrema atualidade. O sucesso do chamado “fenômeno Jörg Haider”, na Áustria,

tem entusiasmado muitos dos líderes da extrema-direita europeia, em particular Bruno Mégret e Umberto Bossi, da Liga Norte de Itália, apesar das críticas de Jean-Marie Le Pen, líder do “Front National” francês e de Gianfranco Fini, da Aliança Nacional, que acusam Haider de ser apenas um oportunista.

Mas o “fenômeno Haider” não é isolado. O progresso da extrema-direita em outros países, por exemplo, em 1998 os ultranacionalistas do *Vlams Block* (Bloco Flamengo), na região de Flandres, na Bélgica, obtiveram 9,8% dos votos; na Suíça a União Democrática do Centro obteve 23% dos votos nas últimas eleições.

Por fim cabe observar que as forças democráticas estão divididas em relação à forma de combate a esses extremismos. Nesse sentido, a posição adotada em relação à Áustria do Partido Liberal de Haider é reveladora. Após um boicote de mais de sete meses a UE volta atrás e troca o boicote por uma posição de “alerta” em relação à evolução futura da política austríaca. Mais uma vez a Europa deverá, e a lembrança de “Munique” é inevitável, mesmo se o contexto é outro, fazer opções que podem ter consequências enormes.

Porém, por enquanto, esses partidos não conseguem desestabilizar o projeto de UE. O risco maior seria o desenvolvimento de movimentos desse tipo na Alemanha, onde, felizmente, a Deutsche Volkunion de Gerhard Frey continua tão marginal quanto era o grupo do ex-SS Franz Schönhuber.

## *Sobre Meridiano 47*

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais* ([www.relnet.com.br](http://www.relnet.com.br)), iniciativa da qual o IBRI foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em [www.adobe.com.br](http://www.adobe.com.br).

© 2000 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

# Privatizando a Guerra: Os Mercenários e os Conflitos Africanos

Pio Penna Filho \*

Na última década do século XX registra-se um incremento dos conflitos no continente africano, os quais possuem traços comuns que lhes dão certa unidade. Da mesma forma, as tentativas de solução ou intermediação para solução desses conflitos têm seguido uma regra comum, isto é, o apelo à comunidade internacional através da Organização das Nações Unidas, muito embora esta não tenha sido a única opção. Neste artigo nos dedicaremos a analisar, mesmo que sucintamente, uma outra perspectiva com relação à questão da Segurança no continente africano: a utilização de companhias privadas de segurança, isto é, de forças mercenárias atuando em diversos países da África a serviço de governos constituídos ou mesmo de organizações internacionais ou governos estrangeiros com interesses no continente.

Os conflitos africanos em andamento, apesar de alguns terem raízes profundas que remontam ao sistema colonial europeu e ao seu legado, têm nos fatores internos a sua mais recente e decisiva razão de ser. Desde que a onda de descolonização varreu os Impérios europeus da África já se passaram quase quarenta anos, tempo suficiente para que os africanos pudessem estabelecer o próprio ritmo e darem a sua feição aos novos Estados. Portanto, não seria aconselhável atribuir à velha Europa toda a responsabili-

*“No início dos anos 1990, e com a evolução da crise, até mesmo da legitimidade de vários governos africanos, a solução encontrada por alguns dos governantes arrastados a conflitos internos, foi de utilizar-se dos serviços de companhias especializadas em segurança, que da mesma forma que os conflitos, expandiram-se drasticamente.”*

de pelas mazelas africanas do final do século XX.

O papel das Nações Unidas na tentativa de prover o mínimo de estabilidade para os países africanos em crise tem sido destacado durante os anos 1990. Contudo, antes disso a ONU teve papel proeminente no processo de descolonização da África e foi, por conseguinte, foro importantíssimo na constituição dos Estados africanos. A primeira intervenção direta das Nações Unidas num contexto de crise na África se deu nos anos 1960, durante os primeiros anos de vida do Zaire, ex-Congo Belga e atual República Democrática do Congo, um Estado atualmente quase virtual. Seguiu-se um período sem intervenções que envolvessem tropas, sendo de destaque as pressões contra o regime racista sul-africano, re-

correntemente admoestado pelo *apartheid* e pela política de desestabilização que promoveu nos países da região da África Austral, principalmente entre meados da década de 1970 ao final dos anos 1980. Vale registrar, pois, que não era uma prática corrente das Nações Unidas a intervenção militar no continente africano – aliás, em nenhum continente. Prevaleceu, durante a Guerra Fria, a paralisia da Organização principalmente em decorrência do conflito ideológico e da estrutura baseada na composição do Conselho de Segurança.

\* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

Com o fim da Guerra Fria e a remodelação do sistema internacional, as questões políticas que despertavam algum interesse no continente africano praticamente foram removidas, fato que retirou dos fracos Estados africanos o suporte internacional que lhes dava alguma garantia de soberania, através do reconhecimento do governo central pela comunidade internacional. Desta forma, a legitimidade dos governos e de vários regimes passou a ser contestada internamente por grupos contrários, seja ideologicamente motivados ou mesmo seguindo outras motivações, como étnicas e religiosas, por exemplo.

Com o agravamento e a disseminação da crise na África, que não é somente política, mas também econômica, a comunidade internacional se vê, gradativamente, como que obrigada a intervir, dado o apelo quase desesperador emitido pelos meios de comunicação, via de regra alavancados pela opinião pública dos países desenvolvidos que se sente incomodada pelas dramáticas reportagens relatando massacres e genocídios, e também pela pressão imigratória que os países europeus passaram a sofrer, quando houve sensível incremento do movimento populacional rumo à Europa, geralmente na direção das antigas metrópoles.

No início dos anos 1990, e com a evolução da crise, até mesmo da legitimidade de vários governos africanos, a solução encontrada por alguns dos governantes arrastados a conflitos internos, foi de utilizar-se dos serviços de companhias especializadas em segurança, que da mesma forma que os conflitos, expandiram-se drasticamente. Há levantamentos, por exemplo, que indicam que entre 1997-1998 existiam cerca de 90 destas companhias operando em vários continentes, mas principalmente na África e na Ásia. Esse movimento nada mais era do que a volta à ativa dos famosos *"soldiers of fortune"*, ou mercenários.

Os modernos mercenários, que ainda estão na ativa, foram ressuscitados como fenôme-

no direto do fim da Guerra Fria. Com a desmobilização de elevado número de efetivos militares em vários países, especialmente na antiga área socialista do leste europeu e na África do Sul (fenômeno igualmente verificado em várias nações européias, como a Grã-Bretanha, a Bélgica e a França, por exemplo), houve a disponibilização de mão de obra altamente qualificada e sem perspectiva alguma para o futuro, resultado da crise econômica que envolveu os seus países de origem. Assim, a convergência de interesses entre esses e os enfraquecidos governos africanos possibilitou a escalada deste tipo de atividade na África, sobretudo porque no âmbito das Nações Unidas ainda não se havia consolidado a tese da imposição da paz através da utilização dos "capacetes azuis".

Vários governos africanos lançaram mão dos mercenários. Entre eles, os mais conhecidos foram os de Angola, Libéria, Serra Leoa, Congo, Sudão, Somália e Uganda."

ra Leoa, Congo, Sudão, Somália e Uganda. Dentre as companhias de segurança privada – sendo grande parte registrada legalmente – a que mais se destacou na África foi a sul-africana *Executive Outcomes*. Atuando como um verdadeiro exército privado, tal companhia se vangloriava de prestar serviços exclusivamente a governos constituídos ou a empresas operando legalmente dentro de países em conflito, a maioria das quais multinacionais dos setores de exploração de minerais ou no campo petrolífero.

Um exemplo do poder e da eficiência da *Executive Outcomes* pode ser demonstrado pela sua atuação em Serra Leoa. Contratados pelo governo de Serra Leoa num momento crítico de ameaça à sua sobrevivência, com os rebeldes da RUF (Frente Unida Revolucionária) já nos arredores de Freetown, a capital do país, os mercenários – em número estimado de apenas 300 soldados – entraram em ação e, em dois anos de atividades (1995-1996), não só eliminaram o risco da derrota militar do governo, como expulsaram os rebeldes para as áreas mais remotas do

país ou para “santuários” na vizinha Libéria, retomando o controle das preciosas minas de diamantes. Além disso, em gritante contraste com a idéia generalizada acerca da própria natureza das atividades de soldados de aluguel, os mercenários, em parte pelo seu profissionalismo e em parte pelos métodos brutais empregados pelos rebeldes, foram extremamente bem recebidos pela população de Serra Leoa, que sentiu, com a presença deles no país, a volta da segurança.

Durante 1996, no entanto, tendo já se consolidado, no âmbito das Nações Unidas, um movimento contrário às atividades mercenárias, o governo de Serra Leoa se viu coagido a encerrar seus contratos com a companhia *Executive Outcomes*, a qual acabou sendo forçada a deixar o país. O desenrolar dos acontecimentos são conhecidos e até hoje não se chegou a uma solução. Desde então, com a retirada dos mercenários e a incapacidade do governo e do Exército regular de Serra Leoa em fazer frente ao movimento rebelde, apoiado pelos liberianos, o mundo assistiu ao esfacelamento do Estado-nação em Serra Leoa, deixando virtualmente de existir as instituições normais e fundamentais ao funcionamento do Estado. Assim, seguiu-se o envolvimento de uma força de intervenção regional liderada pela Nigéria – *ECOMOG* – na qual estiveram envolvidos cerca de 10.000 soldados e, após o seu fracasso, o atual envolvimento das Nações Unidas, como a participação da *UNOMSIL*, envolvendo cerca de 12.000 soldados, com sérias perspec-

tivas de incremento no número de tropas. Nem a *ECOMOG*, nem a *UNOMSIL*, com todo o peso de seu envolvimento, conseguiram promover o restabelecimento da paz e das instituições em Serra Leoa. Naturalmente, há que se observar e refletir sobre os contrastes da ineficiência da intervenção do organismo regional e do internacional, com a ação rápida e decisiva dos mercenários.

Não foi somente em Serra Leoa que a participação dos mercenários resultou em aspecto decisivo e emblemático. Sobre Angola, por exemplo, há certo consenso de que a virada na luta contra a guerrilha da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), liderada por Jonas Savimbi, só se verificou após a contratação da mesma companhia *Executive Outcomes* pelo governo do país. Teria sido, pois, a rápida e eficiente atuação dos mercenários, que propiciou as condições para que o Exército angolano retomasse vantajosamente a ofensiva contra os rebeldes, os quais paradoxalmente teriam se valido, no passado, da assistência dos mesmos mercenários contra o governo.

Esses dois exemplos ilustram que houve um espaço vago que foi ocupado por companhias privadas especializadas em fazer a guerra. Em certo sentido não seria exagero afirmar que se procedeu a uma espécie de privatização da guerra no continente africano, talvez antecipando um fenômeno provável de se repetir em outras partes do mundo num futuro não muito distante.

## O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais contemporâneas e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos), e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Jennifer Cristino Raposo, Luiz Fernando Ligiéro

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

## Sudeste Asiático - A Ação da Sociedade Civil na Cooperação entre Culturas

Paulo Antônio Pereira Pinto \*

No Sudeste Asiático, a globalização tem sido responsável pela incorporação de um conjunto de mudanças na economia, através da reorganização freqüente de suas vantagens competitivas, transformações técnico-industriais nas formas de produzir e alterações na organização da sociedade. Tudo isso ocorre, no entanto, com a preservação de valores culturais que garantem uma base de sustentação do modelo que se consolida.

A vertente da cooperação produtiva, associada à fluidez do capital financeiro internacional, é mais facilmente identificada e, portanto, apontada como a força motora que impulsiona essa evolução, que, até recentemente, era baseada em divisão do trabalho com forte componente vertical e dependência tecnológica excessiva do Japão.

A regionalização da produção evoluiu, no entanto, na medida em que a interação de novas tendências, entre as quais a redução nos custos da mobilidade dos fatores de produção e as economias de escala exigidas por processos produtivos crescentemente sofisticados, proporcionaram o surgimento dos chamados “tigres” ou “novas economias industrializadas”. Os efeitos de tais re-

*A disposição de estruturarem-se de forma distinta, ademais, tem conduzido estas sociedades, particularmente no que diz respeito à sua disposição de atuar como um grupo, para a temível competitividade no mercado internacional contra seus rivais na América do Norte e Europa, nas duas últimas décadas.*

ajustes são evidentes no aparecimento de formas de relacionamento inovadoras, que incluem diferentes tipos de parcerias entre Japão, novas economias industrializadas, ASEAN e partes da China.<sup>1</sup>

A emergência de certos países e agrupamentos regionais, no entanto, não se deve a experiências isoladas, mas a fenômeno integrado, que projeta sobre a área, como um todo, os benefícios da acumulação de capital e da experiência modernizadora resultante da aplicação prática

de novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

A preocupação principal desta coluna não é, contudo, com os aspectos econômicos do processo de integração em curso no Sudeste Asiático, mas, sim, com o novo perfil político-cultural das formas de cooperação na área objeto de análise. Nesta perspectiva, verifica-se que não apenas pela remoção de barreiras tarifárias na fronteira são formados agrupamentos regionais. Trata-se, principalmente, de movimentos que tendem à integração de sociedades, com a harmonização de regras como base de reorganização produtiva e, eventualmente, social.

\* Diplomata. As opiniões veiculadas neste artigo não refletem o ponto de vista do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

<sup>1</sup> Vide Porto de Oliveira, Amaury, Série de Assuntos Internacionais – 21, publicado pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, em abril de 1992.

Verifica-se, a propósito, que influência político-cultural chinesa funciona, hoje, como base de sustentação para esse processo, que é facilitado pela existência, ao Sul da China, de uma rede de indivíduos com origem étnica comum, chamados “chineses de ultramar”, que têm como referência uma mesma identidade cultural. O papel dos *Overseas Chinese* será analisado em coluna posterior.

É necessário ressaltar, a propósito, que, quando se fala em influência político-cultural chinesa, tem-se em conta os efeitos dessa herança histórica na ação da “sociedade civil”, como facilitador do processo atual de cooperação entre a China e o Sudeste Asiático.

Não estão sendo consideradas, portanto, iniciativas de “política de Estado”, por duas principais razões. Em primeiro lugar, porque, tanto na China quanto no Sudeste Asiático, o conceito de Estado evoluiu em diferentes estágios, sempre a partir da perspectiva de que o centro de tudo

era a figura do dirigente local, desvinculada de um espaço geográfico definido. A concepção chinesa, ademais, sempre atribuiu importância fundamental aos laços sanguíneos, como marco de referência para a soberania do Imperador. As fronteiras eram definidas em termos de população, sem levar em conta limites territoriais.

Assim, a partir do século XV, o Estado chinês não tinha o mesmo perfil dos países europeus que, visando a conquista de novos mercados e suprimento de matérias-primas, foram a “fé e o Império” dilatando. A criação dos vínculos culturais entre a China e o Sudeste Asiático foi, portanto, espontânea e gradativa, decorrente do intercâmbio secular e da superioridade dos referenciais chineses e, não, por imposição do expansionismo comercial do mundo ocidental, na forma em que acontecia em diversas partes do planeta, como prenúncio do que viria a ser a globalização de nossos dias.

## Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI

Assinatura Anual (2 Edições)

Pessoa Física: R\$ 40,00 – Pessoa Jurídica: R\$ 60,00 – Exterior: US\$ 30,00

Envie o cupom de assinatura e a forma de pagamento escolhida (cheque ou cópia de depósito bancário) para:

*Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*

Caixa Postal 4400 – 70919-970 – Brasília – DF – Brasil – Telefax: (55 61) 307 1655 – E-mail: [ibri@unb.br](mailto:ibri@unb.br)

### Cupom de Assinatura:

Nome: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Tel.: (        ) \_\_\_\_\_ Fax.: (        ) \_\_\_\_\_

País: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Período de assinatura: (    ) 1 ano (    ) 2 anos (    ) 3 anos (    ) 4 anos (    ) 5 anos

Envie junto com este cupom depósito bancário no valor da(s) assinatura(s) em favor do IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, efetuado na conta 437552-1, agência 3603-X, Banco do Brasil.

Tal panorama levou autores, como Léon Vandermeersch<sup>2</sup>, a contribuírem para a tese de que existe, hoje, uma base cultural para avaliar o fenômeno do dinamismo dos países objeto deste estudo. Isto porque, apesar de sua diversidade, em termos de extensão geográfica, população, estágio de desenvolvimento, sistema político e experiência colonial, alguns países do Sudeste Asiático possuem, em comum, conjunto de valores herdados de período de influência cultural chinesa.

O Confucionismo, com sua convicção na capacidade de transformação e aperfeiçoamento da natureza humana, bem como um guia de normas de comportamento, contém, em si próprio, traços que podem facilitar ou dificultar o desabrochar de forças conducentes ao desenvolvimento econômico.

No Sudeste Asiático, diferentes valores culturais firmemente enraizados em passado histórico próprio, contribuíram, de qualquer forma, para o desenvolvimento de um tipo diferente de economia de mercado, com características e instituições originais.

A disposição de estruturarem-se de forma distinta, ademais, tem conduzido estas sociedades, particularmente no que diz respeito à sua disposição de atuar como um grupo, para a temível competitividade no mercado internacional contra seus rivais na América do Norte e Europa, nas duas últimas décadas.

Seus traços mais marcantes incluem as seguintes considerações:

A) A importância atribuída à harmonia, relações de longo prazo e vínculos pessoais conduz a estruturas empresariais personalizadas, com caráter menos contratual do que as existentes no Ocidente. Dessa forma, o relacionamento entre produtores de componentes e as grandes fábricas, bem como o existente entre as empresas e os ban-

cos e entre trabalhadores e empregadores, tende a obedecer a perspectiva de longo prazo, criando maior estabilidade e sem as condicionantes de caráter imediatista. Compromissos dessa natureza, possivelmente influenciados pela ênfase confucionista em linhagem, refletem-se com grande impacto nas estratégias nacionais no campo de pesquisa e desenvolvimento, estruturas e divisão de mercados, poupança, empréstimos e juros; e

B) A prioridade tradicionalmente concedida à educação nas sociedades da Ásia Oriental conduz a um sistema escolar de alta competitividade, com marcantes influências na formação de lideranças nos setores público e privado.

A disciplina já existente para o estudo da literatura e poesia foi facilmente adaptada às necessidades apresentadas pela competição internacional, no sentido de direcionar, agora, o esforço intelectual para o conhecimento científico e tecnológico exigido pelo processo de industrialização.

Estas são normas freqüentemente evocadas para explicar o sucesso do modelo asiático, onde a estabilidade e a dinâmica sociais dependeriam de lealdades recíprocas, desenvolvidas a partir do âmbito da família, preservadas na estrutura política do Estado e na organização das empresas, até chegar à pessoa do governante supremo.

Isto é, no Sudeste Asiático, a unificação de mercados e sistemas produtivos – tida como um dos benefícios da globalização – não se daria, meramente, em função de redes financeiras e comerciais, mas, também, em virtude da existência de outros aspectos, como laços interpessoais e fatores culturais.

<sup>2</sup> *Le Nouveau Confucionisme* – Léon Vandermeersch, *Le Débat* – numéro 66 septembre-octobre 1991.